

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM GÊNERO, SEXUALIDADE, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GERACIONALIDADE

Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Vice-Diretora do CESAD
Djalma Andrade

Vice-Reitor
André Maurício Conceição de Souza

Diretora Pedagógica do CESAD
Clotildes farias de Sousa

Pró-Reitora de Extensão (em exercício)
Maria Conceição Almeida

Coordenadora de Formação Continuada
Rosemeire Marcedo Costa

Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM GÊNERO, SEXUALIDADE, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GERACIONALIDADE

Coordenadora do Curso/Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade - NUPATI
Noêmia Lima Silva

Supervisora do Curso
Marta Maria Galvão de Sousa Magalhães

Professores Formadores
Lillian Maria de Mesquita Alexandre
Maria Glêyse Santos Santana
Rosângela Marques dos Santos
Susana Rezende Lima
Vera Núbia Santos

Tutores
Alfrâncio Ferreira Dias
Carolina Rodrigues Alves de Souza
Débora Bispo de França
Edson Aragão de Melo
Fernando José Ferreira Aguiar
Isabella Cristina Chagas Corrêa
Janaína Couvo Teixeira Maia de Aguiar
José Rodrigues Santos Alves
Márcia Aparecida Souza Couto
Maria Aldineide de Andrade
Marilene Seixas Scarlati

Projeto Gráfico e Capa
Hermeson Alves de Menezes

Diagramação
Neverton Correia da Silva

SUMÁRIO

Geracionalidade: uma questão em evidência nas diversidades - 11

Noêmia Lima Silva e Vera Núbia Santos

Gênero, diversidade e desigualdade - 49

Maria Helena Santana Cruz

Sexualidade e orientação sexual - 65

Cybele Maria Rabelo Ramalho

Relações étnico-raciais na escola - 95

Vânia Carvalho Santos

APRESENTAÇÃO

Caros Cursistas,

O curso de aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola – GDE, está sendo ofertado pela segunda vez na Universidade Federal de Sergipe, através do Centro de Educação Superior a Distância e Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade, promovido pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, SECADI/MEC.

Dentro dos propósitos da formação continuada, o curso GDE tem como objetivos: qualificar professores e profissionais do ensino básico da rede pública (Municipal e Estadual), envolvido direta ou indiretamente com a prática educacional na escola; apresentar e discutir temas e conceitos que abordam as diversidades nos enfoques de gênero, sexualidade, relação étnico raciais e geracionalidade; desenvolver processos metodológicos de introdução desses conceitos no conteúdo curricular e propiciar a troca de experiências e saberes para melhor compreender os temas da diversidade e introduzi-los na prática pedagógica da escola.

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com atividades semipresenciais, tem a carga horária de 180 horas e será ofertado nos pólos de apoio UAB dos municípios sergipanos de: Estância, Propriá, Poço Verde, Nossa Senhora das Dores e São Domingos.

Boa Leitura!

Noêmia Lima Silva

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Geracionalidade: uma questão em evidência nas diversidades

Noêmia Lima Silva
Vera Núbia Santos

Introdução

Como fatores elementares e indissociáveis da espécie humana, explícitos em diversas teorias estão: nascer, crescer, reproduzir-se e morrer. Todavia, a maneira, a forma e os percentuais desses fatores são mais elevados ou menos elevados em cada país, nação, estado, de acordo com suas características e peculiaridades.

Muitos estudiosos e pesquisadores têm se debruçado na busca de uma compreensão sobre o envelhecimento humano, chegando a explicações plausíveis, porém não definitivas, trilhando caminhos enfocando diversas teorias científicas. Nesse transcorrer, o envelhecimento é mais enfatizado pelas teorias biológicas, voltando-se para os aspectos físicos orgânicos. Em decorrência do aumento expressivo da população idosa no mundo, fato caracterizado na transição demográfica, tem despertado o interesse das ciências sociais e humanas, enfatizando as teorias psicológicas, sociológicas e antropológicas, voltadas para as questões que envolvem o processo de envelhecimento e a pessoa na velhice. (FREITAS, 2002 ; NERI, 2007).

Pensar nos aspectos sócio-demográficos é pensar na transição e na demografia, esta considerada como a ciência que estuda as modificações que ocorrem nos indicadores como natalidade, mortalidade e fecundidade. É a transição demográfica, entendida como as mudanças de indicadores no transcorrer do tempo, e o processo se dá com a diminuição de taxas de mortalidade e natalidade sendo que, a primeira diminui mais rápido que a segunda, causando um período de aumento do crescimento vegetativo, portanto, de grande acréscimo populacional (KALACHE, VERAS, RAMOS, 1987).

Verifica-se que a população mundial tem crescido. São atualmente cerca de 6,8 bilhões de habitantes, sendo que os dois mais populosos, a China e a Índia, possuem mais de 1/3 da população mundial. Dentro da explosão demográfica, um dos grupos populacionais que mais cresce é o da faixa etária acima de 60 anos, chegando a ser considerado o grande fenômeno da atualidade.

Mulheres e homens, são os únicos seres que, social e historicamente, se tornam capazes de viver e conviver numa sociedade em um processo constante de aprendizagem. E esse aprendizado se constitui numa aventura de vida, por possibilitar, também, a saída da indiferença social que tanto reforça a desigualdade, seja no pensar, no agir e no vivenciar.

Uma das grandes conquistas deste século, segundo especialistas, foi o aumento da longevidade. Isto tem implicações bastante importantes na família e na sociedade e, em especial, sobre a própria população idosa. De acordo com dados da ONU (2003) o século XXI será o período da história onde os continentes deixarão de ser jovens, com exceção do continente africano. Até 2025 a população de idosos atingirá os 20% no conjunto populacional, devendo ser enfatizado que superará o número de crianças no contexto da população mundial.

Ao pensar na diversidade com relação a geracionalidade, percebe-se a negação de oportunidades, que é também uma das formas severas de violência estrutural, não só para o idoso como para todas as faixas etárias. Nesse sentido, importa refletir e compreender o envelhecimento humano na atualidade e que seja também discutido e pensado, ao se tratar das questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais deste seguimento. Como também é necessário que seja trabalhado com especificidade no ambiente da escola, dentro do ensino básico, desde as primeiras séries.

Neste artigo, foram sinalizados pontos que mostram a importância da temática do envelhecimento humano o qual deve ser pensado e refletido no conjunto das diversidades e ser trabalhado pelos atores da educação, tanto no ambiente escolar, como no familiar e na sociedade como um todo.

O Brasil e as condições demográficas

Fazendo uma análise da situação do Brasil, observa-se que a transição demográfica brasileira mostra que, do primeiro censo demográfico realizado em 1872 ao do ano 2000, ocorreu alteração significativa nos indicadores: taxa de natalidade e taxa de mortalidade. Como consequência dessas alterações, num período de apenas 20 anos, observou-se mudança substancial na distribuição etária da população brasileira.

A situação brasileira na relação com o fenômeno do envelhecimento convive, passo a passo, com a realidade de um país ainda considerado jovem. A inversão da pirâmide populacional pega de surpresa toda uma estrutura socioeconômica e política que, sequer, é habilitada a atender as questões das outras faixas etárias, muito menos a enfrentar as demandas de um novo fenômeno social chamado “velhice ou envelhecimento populacional”.

Diferencial da transição entre os países desenvolvidos, foi um grande aumento no número de pessoas com idade acima de 65 anos, fato ocorrido de forma paulatina, aos poucos. Nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, a transição demográfica e o fenômeno do envelhecimento vêm ocorrendo de forma bastante acelerado.

Dentre os segmentos etários, o grupo social que apresenta, desde os anos quarenta do século XX, as mais altas taxas de crescimento é o grupo de idosos. Passou de 166 mil em 1940, para 19 milhões em 2006. Entre os anos 1970–2000, o grupo de idosos cresceu cerca de 299,9% (CAMARANO, 2006).

No processo de envelhecimento brasileiro, algumas peculiaridades se destacam: 11% da população idosa apresenta idade de 80 ou mais anos e é considerado o segmento da população velha que mais cresce. De acordo com as estimativas, em 2050, os grupos de 0 a 14 anos e os maiores de 18 anos se igualarão em 18% da população total. Quanto ao nível de escolaridade, o censo revela um baixo índice de escolarização, chegando a atingir 54,4% do total da população, com uma média de estudo entre os idosos, de ape-

nas 2,1 anos. Com relação à renda, 46% deles sobrevivem com apenas um salário mínimo. Enfrentam, portanto, os idosos sergipanos, problemas de acessibilidade nos espaços urbanos, renda insuficiente para subsistência, analfabetismo, dificuldade de moradia e tantos outros fatores, com conseqüente baixa de qualidade de vida.

No futuro, conforme as estatísticas, ter-se-á uma população quase estável em termos de diversificação de faixas etárias, porém, mais idosa com uma taxa de crescimento baixíssima ou até negativa. O grande fenômeno foi observado com o grupo etário composto por pessoas acima de 65 anos, que cresceu de 3,5% em 1970, para 5,5% em 2000 e que, em 2050 este grupo deverá representar 19% da população brasileira (CAMARANO, 2005).

Outros aspectos do envelhecimento da população brasileira, permeado por peculiaridades, refere-se às questões de gênero, condições educacionais, de habitação, renda e urbanização, que são cuidadosamente detalhadas, nos estudos de Camarano (2000 e 2006) e Neri (2007).

Sobre a perspectiva de gênero, de acordo com o IBGE (2007), em 2006 o Brasil tinha uma população de 187.228 milhões de pessoas, sendo 91.196 homens e 96.031 mulheres. Essa mesma tendência de diferenciação ficou demonstrada no censo de 2010, caracterizando assim a chamada feminização da velhice.

Quanto a situação sócio-demográfica de Sergipe, não foge aos muitos estados brasileiros. Apresenta um aumento da população idosa nas últimas décadas. No censo de 2000 indicava o quantitativo de 130.973 idosos, numa população de 1.784.829 pessoas. No estado de Sergipe, atualmente são 2.036.277 de pessoas, com 7,7% deste total de idosos, ou seja, 149.006 pessoas na faixa etária acima de 60 anos (IBGE, 2010).

Os estudos sobre envelhecimento humano em Sergipe ainda são reduzidos e pouco divulgados. Tem-se, por exemplo, os realizados na Universidade Federal de Sergipe, através do Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI) e de departamentos, que despertaram o interesse pelo assunto bem como alguns estudos realizados pela Secretaria de Assistência Social.

Uma das características forte do envelhecimento em Sergipe, e que acompanha a tendência nacional, é a velhice feminina, demonstrada nos percentuais, elevados em relação à velhice masculina.

O Brasil foi classificado por um bom tempo como um país de jovens. Esse perfil, de certa forma, deixou as questões da velhice de lado pelas esferas públicas, sendo consideradas como problemas particularizados e de cunho privado bem como de responsabilidade das famílias, a quem caberia cuidar dos seus velhos.

A velhice brasileira como questão social e de preocupação pública é recente e está ligada ao significados da velhice na sociedade e como esta compreende as fases da vida. A sociedade moderna demarca periodização da vida dos cidadãos atribuindo sentidos, de acordo com as variações culturais. A padronização do curso da vida é institucionalizada e

pensada a partir da concepção individual da pessoa que existe socialmente, de onde decorre uma identidade definida pelo sexo, ano, filiação e local de nascimento, (BARROS, 2006).

Porém, é fato real, concreto e irreversível o envelhecimento populacional, bem como o aumento do número de pessoas idosas. Com isso, crescem as demandas próprias dessa faixa etária, com algumas especificidades e desdobramentos, dentro do próprio segmento.

Além do determinante quantitativo, tem-se o surgimento de um novo velho, do qual é exigido não só se manter vivo, integrado e sujeito de sua história, como, também, capacidade para se sustentar e manter a família. Isso, diante da crise socioeconômica que atinge o país, com grandes repercussões sociais, políticas e culturais, em que a fome, a miséria, o desemprego, a falta de moradias, a desigualdade social. Além disso, enfrentam as pessoas dessa faixa etária, as diversidades manifestas nas questões de gênero, etnia, sexualidade e discriminação no acesso aos direitos sociais. Para enfrentar tudo isso, o idoso precisa ter conhecimentos, estar atualizado e informado.

Por outro lado, vive-se num país considerado a oitava economia do mundo, tendo nos avanços tecnológicos, da ciência, da medicina, o lado positivo que passa a interferir nas condições de vida, possibilitando melhoria principalmente na área de saúde, e com diagnósticos rápidos, precisos, a redução das taxas de mortalidade infantil, redução das doenças de massa, devido às campanhas preventivas e outras conquistas, reforçando o quadro contraditório brasileiro.

Velhice, Idoso, Terceira Idade: esclarecendo conceitos.

Muitos autores consideram a longevidade uma das conquistas da modernidade. Apesar disso, diversas conotações contraditórias e pejorativas são atribuídas ao homem ou a mulher que envelhece. Em decorrência, há uma grande dificuldade de aceitação da designação e de ser chamado de velho, pela grande maioria daqueles que já atingiram os sessenta anos de idade.

Com a visibilidade social da velhice, mediante principalmente, o aumento expressivo do número de pessoas idosas no total da população, diversas nomenclaturas vem sendo atribuídas, como, por exemplo, velho, idoso, terceira idade, maturidade, idade da razão e outras, com justificativas e explicações variadas.

Embora considerada, por muitos, como a conquista do século e grande conquista da humanidade, o envelhecimento populacional também se apresenta como um grande desafio para o estado, a sociedade e a própria família e a própria pessoa que envelhece.

Grande parte deste desafio está na visão da sociedade ocidental no imaginário social, onde o culto à juventude, à beleza, à força de produzir, ao ter e ao poder, encara o

envelhecer com preconceito e discriminação. Mesmo com o reconhecimento de que a velhice é uma das fases da vida, o imaginário social marcado pelos estigmas da velhice é construído por aspectos negativistas relacionados a: incapacidade, feiura, precariedade, fonte de despesas, inatividade, enfermidade e proximidade da morte. Tem-se na educação permanente o grande suporte, o principal instrumento para vencer esse desafio, ao possibilitar o continuar aprendendo, a inclusão social e a construção e reconstrução da cultura e identidade dos povos.

Isto tem a ver com a percepção do que é viver dignamente na velhice, diante de tais condições e de ter atendido seus direitos, inclusive, garantidos por lei. Não basta apenas viver muitos anos e, sim, ter qualidade de vida e dignidade humana, nos longos anos vividos. O desafio está em como promover qualidade com dignidade, numa perspectiva de direitos humanos. Considera-se como grande suporte para enfrentar tal situação e contribuir na inserção social, a educação e as possibilidades de continuar aprendendo. Nesse sentido, a política social de educação tem um papel fundamental no enfrentamento desses desafios.

A velhice não pode simplesmente ser vista e tratada, como em décadas anteriores, aonde o indivíduo ao chegar a idade da aposentadoria, por completar 30, 35, ou 40 anos de serviços, já se “auto-preparava” para esse desligamento do trabalho, bem como a família e a sociedade passavam, assim, a considerá-lo inativo. A aposentadoria era, e ainda é, considerada, por muitos, como uma vitória, uma conquista e tinha como prêmio, uma cadeira de balanço, uma rede na varanda, ou qualquer coisa que significasse “não fazer nada” para descansar dos longos anos de trabalho. Isso elevou o índice de adoecimento, a inatividade e, para alguns, proximidade com a morte.

De forma bastante direta, o pesquisador Papaléo coloca:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o idoso (resultado final), constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. A velhice é a última fase da vida. Pode-se considerar o envelhecimento, como admitem a maioria dos biogerontologistas, como a fase de um processo contínuo que é a vida, começando esta com a concepção e terminando com a morte. (PAPALÉO, 1992, p. 10).

Pensar a velhice, num coorte geracional, faz-se necessário, além de dar um enfoque conceitual, compreender a nível sociocultural significados construídos em seu entorno de forma contextualizada. O termo velho, na sociedade capitalista, sempre trouxe conotações negativas mediante a relação com as possibilidades e habilidades de produzir. Decorrente desses aspectos surge à desvalorização, o descaso do indivíduo que atinge essa faixa etária.

Na década de 60, surge, nos movimentos sociais a tentativa de modificação da imagem negativa da velhice, procurando enfatizar a participação, para torná-lo um velho ativo. Assim, coloca Bruno (2003),

A velhice como categoria socialmente construída tem sido vista e tratada de maneira diferente, de acordo com períodos históricos e com estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo. Essas transformações, portanto, não permitem um conceito absoluto da velhice e apontam para a possibilidade de haver sempre uma nova condição a ser construída, para se considerar essa etapa da vida do ser humano (BRUNO, 2003, p. 76).

Tem-se, ainda, grande dificuldade de concepção e compreensão do que vem a ser a velhice, dada a própria dificuldade de contextualização e de aceitação da condição de ser velho ou velha, numa sociedade capitalista excludente, que reverencia a cultura do belo, do forte e do novo, esquecendo que a existência humana se constitui de fases indissociáveis, cujo sentido básico se estabelece e se fortalece, desde o início desse existir. Por isso é que se acredita que a pessoa envelhece desde o momento em que nasce.

Tomando os profundos estudos de Beauvoir (1970), ao falar da grande dificuldade que se tem de enfrentar essa etapa da vida, mostrando que a velhice, entre todas as realidades que nos desafiam, talvez seja aquela de que conservamos, por mais tempo, uma noção puramente abstrata. Ainda se tem grandes dificuldades em desvendar mistérios sobre essa fase da vida do ser humano e, por isso, a diversidade de interpretações e formas de compreendê-la. Como coloca Beauvoir,

[...] para que a velhice não represente uma divisória paródia de nossa existência anterior, só existe uma solução: continuar lutando por objetivos capazes de conferir um sentido as nossas existências tais como o devotamento a indivíduos, às coletividades ou coisas, o trabalho político, social, intelectual e criador. (BEAUVOIR, 1970, p. 300).

Ainda nesse mesmo texto, a autora considera que a velhice é uma fase da existência diferente da juventude e da maturidade, porém dotada de um equilíbrio próprio, deixando aberta ao indivíduo uma ampla gama de possibilidades.

A visão cronológica da idade é um demarcador para o mundo do trabalho, indicando deveres e direitos, como, por exemplo, serve de parâmetro para ser reconhecido como um cidadão ativo ou inativo, com o direito à aposentadoria. É dentro dessa lógica que o reconhecimento das idades cronológicas só tem relevância quando o quadro político-jurídico ganha precedência sobre as relações familiares e de parentesco, até determinando o entendimento da cidadania. No mundo ocidental, a idade geracional é relevante para estruturar a família e o parentesco: um pai é um pai, um irmão é um irmão, independente de sua idade cronológica ou estágio de maturidade.

A velhice vista como etapa de vida, na interpretação de outros estudiosos, demarca transformações de caráter físico e emocional, que são independentes e inerentes à vontade da vida humana. Essas mudanças, para alguns, ocorrem de forma tranquila. Mas,

na maioria das pessoas, elas são envolvidas de conflitos internos, que se referem a não aceitação desta nova fase, e que é decorrente, em muitos casos, dos fatores externos que reforçam a desvalorização, impedem a acessibilidade a direitos sociais básicos até de sobrevivência, conforme visto na afirmativa de que “...a velhice é entendida por cada um como produto de uma sociedade” (LOREIRO: 1999, p.18)

Ao impor, muito cedo, um estado de velhice aos seus indivíduos, a sociedade capitalista anula homens e mulheres, que ainda detém potencial para pensar e agir, interrompe sonhos e desejos a serem conquistados

É importante ter a consciência de que o envelhecimento é um processo natural e inerente a todos os seres vivos. Conforme vem sendo colocado, os indivíduos ou grupos são, ao longo do tempo, marcados pelos padrões predominantes e predeterminados, que regem a sociedade. Nos meios de comunicação como televisão, o jornais, revistas, literatura, a imagem do idoso ou da idosa é muitas vezes depreciada. Em histórias infantis, as bruxas feias e más são representadas por mulheres idosas e o homem feio que carrega um saco nas costas, que assusta crianças, é um idoso. Por estes motivos e, dentre tantos outros, é que vai se formando, desde cedo, o imaginário de que não é bom envelhecer..

A amplitude dos aspectos relacionados à velhice se explica pelo fato de ser esta uma fase da vida condicionada tanto por fatores individuais, como sociais e, ainda, pelo pressuposto de que nenhum indivíduo passa, por esta fase da vida, de forma igual a outro, pois variam os determinantes no seu processo. E isso mostra a complexidade do tema em questão, já que prescreve a velhice não apenas como resultante de fatores biológicos, mas, sobretudo, das determinações sociais, psicológicos

Numa visão voltada para as condições sociais na diversidade, é importante trazer as colocações de Faleiros (2004), grande estudioso brasileiro das questões do envelhecimento humano, conforme coloca:

O envelhecimento individual se refere à diversidade e a heterogeneidade de trajetórias em que vivem as pessoas ao longo do tempo, dependendo não só de sua autonomia pessoal, mas da qualidade de vida de que dispõem em função das relações que se estruturam ao longo da existência (FALEIROS, 2004, p. 15).

As perdas relacionadas à vontade e ao gosto pela vida, é como um chamamento a retomada de papéis cotidianos. O que quer dizer, não basta querer envelhecer e, sim, também querer viver com a idade da velhice. Logo, é realmente uma situação complexa e desafiadora, a questão social que norteia o envelhecimento, que mesmo se referindo a uma faixa etária, têm as especificidades marcadas pela situação de classe social, condições socioeconômicas, cultura, num determinado espaço sócio-estrutural.

No que se refere ao aspecto cronológico e a designação de quem é o idoso, inicialmente é importante ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) demarca 65 anos para os países desenvolvidos e, 60 anos, para definir quem é idoso nos países em

vias de desenvolvimento, idade que é utilizada pela maioria dos países. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Idoso/2003, no caso do Brasil, também adotam essa mesma classificação.

No nível da organização sócio-jurídica, se referindo ao caso brasileiro, o Estado passa a definir, com base na idade e sexo, períodos de escolarização; se masculino, também a participação no serviço militar; a forma de casamento; o momento de entrada e saída no mercado de trabalho; entre outros. É esse critério cronológico que é adotado na maioria das instituições, que prestam serviços a pessoa idosa. Também, o critério cronológico é adotado em muitos estudos científicos, segundo Papaléo (2002), devido à dificuldade, ainda para definir a idade biológica, pois há controvérsias sobre o início do processo de envelhecimento humano.

A chamada idade social é definida pela avaliação da capacidade de adequação do indivíduo ao desempenho de papéis e comportamentos esperados de uma pessoa, em determinada idade, em uma dada sociedade. Desta forma, coloca Papaléo, referindo-se à situação brasileira: [...] a política de desenvolvimento que predomina nas sociedades industrializadas tem interesse de investir nos mais jovens, que podem lhes dar maior retorno em anos de vida produtiva (Op. cit., p. 10).

Neste sentido, como categoria social, o idoso passa a insurgir no contexto, considerando-se como um peso. Numa visão meramente econômica, a velhice é considerada como a etapa da vida em que só se consome. Em decorrência do crescimento populacional, com ênfase na elevação dessa faixa etária, a politização do assunto vem avançando paulatinamente, bem como as conquistas sociais.

O medo do avanço da idade pode ser encontrado, além de em outros fatores, na incerteza que se tem no porvir e na tão indesejada dependência, seja ela, econômica, sócio-afetiva ou física, que, geralmente, acompanham o processo de envelhecimento. Por isso vive o presente, sem muito pensar no futuro. É a vivência de perdas e de incertezas, por serem levados a só enxergar cada minuto vivido como significado de proximidade da morte, se caracterizando assim, numa fase de muita angústia, tornando-o mais vulnerável.

Já o termo “Terceira Idade”, surge na França, no final dos anos 60 vinculado ao novo tempo do lazer e não mais associado à doença, decadência, como antes. Procura enfatizar uma nova divisão etária, um intervalo no curso da vida, tendo a conotação de realização pessoal, na universalização da aposentadoria, formando assim, uma categoria social – os aposentados e aposentadas, dentro do sistema capitalista, uma característica da sociedade moderna. Conforme reforça Debert (1996), esse aspecto é de grande interesse do capitalismo, mostrando que essa categoria tem um forte componente para consumidor, por possuir renda fixa, detalhando sobre esse ponto na colocação:

A representação da velhice como processo contínuo de perdas – em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo de ausência de papéis sociais – acompanha o processo de socialização da gestão

da velhice. Essa representação é responsável por uma série de estereótipos negativos em relação aos velhos, mas, é, também, um elemento fundamental para legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, a universalização da aposentadoria (DEBERT, 1996, p. 35).

Foi a partir de estudiosos franceses que o termo surge, e que objetivaram romper com expressões degradativas de velho, visando a uma conotação mais positiva para essa fase da vida, e alguns autores brasileiros têm trabalhado com a denominação terceira idade, para designar um modo de envelhecer, dentro de significados do século XX, a exemplo de DEBRET, 1996; NERI, 1999 PEIXOTO, 2000; PAZ, 2001, FERRINO, 2005.

A preocupação com terminologia é como uma tentativa de modificação quanto à representação da velhice negativa, por um discurso positivo que represente a forma de viver na sociedade.

Portanto, a terminologia “terceira idade”, que surge na França em 1968, procura, dentro da visão cronológica que o caracteriza, não focar apenas a aposentadoria no conjunto das transformações ocorridas na sociedade. Na sociedade brasileira, embora em relação aos idosos, as mudanças venham a ocorrer um pouco mais tardiamente, segue também a mesma postura acima referida. Envolve as representações sociais como uma construção carregada de um conjunto de novos discursos e novas práticas. De um lado permanece a solidão, marginalidade, e, do outro, o surgimento de um mercado de consumo voltado para essa faixa etária, bastante divulgado na mídia tanto a nível mundial, como nacional e local. . A partir da construção da categoria terceira idade, vai se dando a desconstrução do que o velho significa, no sentido pejorativo, e com este novo conceito, passa a demarcar o início de uma linha divisória entre os mais velhos (MERCADANTE, 2003).

No compreender de Brito da Motta, (1996) a longevidade nesse sentido leva,

[...] ao reconhecimento de que estão aí, agora, duas classes de idosos, os “mais jovens” e os “muito velhos”, e é preciso diferenciá-los principalmente para o mercado. Terceira Idade identifica novos modos de vida de uma geração de mais idade, porém ativa, informal, livre e “leve”. Institui, enfim um eufemismo para não se falar da velhice e seus signos. (BRITO DA MOTTA, 1996, p. 3)

A mesma autora ainda comenta que, no que se refere às imagens do velho jovem, o termo terceira idade, ganhou aceitação quase que universal, e o entusiasmo e a satisfação dos idosos. Porém, não há inscrição ainda no dicionário e, sim, permanece o termo idoso, como um adjetivo (BRITO DE MOTTA, 1999, p. 256).

Outra maneira de referenciar o envelhecimento e as questões da idade, encontrada em alguns autores, aponta para o envelhecimento intelectual e envelhecimento social. Detalhando sobre essas modalidades explica que o envelhecimento intelectual, também designado de psicológico, não tem idade definida para acontecer, está relacionado com as mudanças temporais e adaptações às constantes transformações, con-

forme as características de cada indivíduo, e traduzida por alterações cognitivas, percebidas nas ações e comportamentos. No que diz respeito ao envelhecimento social está relacionado com as alterações dos papéis sociais desempenhados por cada indivíduo, nos espaços familiar, de trabalho e na sociedade e tem uma vinculação com a idade. No mundo ocidental, cada fase da vida (criança, adolescente, adulto, idoso) está estabelecida por um conjunto de regras normatizadas, que definem o comportamento ou comportamentos e ações esperado.

Numa outra perspectiva, mostra Debert (2004, p. 93), que novos recortes na idade são feitos sobre o envelhecimento, que englobam a categoria “velhos” assim propostos: Pré-idoso – (55 a 64 anos); jovem idoso – (65 a 74 anos); Idosos – acima de 75 anos; Idosos mais idosos – com mais de 85 anos.

Conforme visto, na discussão dos conceitos acima, apoiada nos diversos autores, as terminologias que vem sendo utilizadas para identificar a pessoa nesta faixa etária, além da questão semântica, transportam também conotações sociológicas, políticas, jurídicas, culturais, econômicas.

Toda essa discussão, serviu para clarear a compreensão não só em nível da terminologia, mas de nuances e peculiaridades dessa faixa etária de forma contextualizada. O conceito de envelhecimento ativo pressupõe a independência como principal marcador. A capacidade funcional surge, portanto, como um novo paradigma de saúde, como, também, o envelhecimento ativo se constitui no paradigma orientador do Plano Internacional para o Envelhecimento.

As Política Sociais e a inclusão social da pessoa idosa

Ao refletir sobre a política social, implica recorrer ao conceito de necessidades humanas, que são consideradas também por muitos autores como direitos sociais, os quais lhes servem de fundamentos. Na visão de Pereira (2002), os direitos sociais são de natureza coletiva e estão vinculados ao conceito de necessidades, ligados por sua vez, aos princípios de justiça social. São esses direitos (necessidades humanas e sociais) que dão sustentação a formulação de políticas públicas, por parte dos setores intelectuais não conservadores (PEREIRA, 2002, p. 38).

Embora bastante complexas, são as necessidades humanas que fornecem as bases para a qualidade de vida. E estas não podem ser vistas de forma isolada e, sim, como um sistema inter-relacionado numa perspectiva de satisfazer com simultaneidade, complementaridade e equilíbrio, o ser humano.

Nesses aspectos é que o conceito de política tem importância para o entendimento de como se dá a construção no contexto das relações entre o Estado e a sociedade, e com-

preender a política social de educação como categoria de mediação, voltada para a terceira idade na perspectiva de qualidade de vida. Nesse caminhar, as necessidades como direitos humanos, são vistas por Sullivan, que coloca:

[...] A vida mais plena possível é aquela em que existe a noção das necessidades humanas e que respeita a diferenciação, a subjetividade e a comunhão, tanto interior da comunidade humana quanto, de forma mais ampla na própria vida na terra e no universo (SULLIVAN, 2004, p. 343).

Alguns autores classificam as necessidades humanas em: existenciais (ser, ter, fazer e interagir) e as necessidades humanas de subsistência (proteção, afeto, compreensão, participação, liberdade, identidade) (MAX-NEEF e HOPENHAGEN, 1989).

Considera-se a política social como instrumento de concretização de direitos de cidadania, os quais são também conquistas das lutas sociais e dos avanços democráticos. Neste pensamento, os direitos sociais são de natureza coletiva, estão vinculados ao conceito de necessidades, ligados aos princípios de justiça social. As atuais mudanças científicas, tecnológicas, econômicas e ideológicas têm resultado em consideráveis conquistas sociais, interferindo em muitas situações.

No contexto brasileiro a política social é percebida como instrumento de concretização de direitos de cidadania, tal como previam valores e instituições, instituídos no final do século XIX e consolidados entre os anos 40 e 70 do século XX, mas que, desde 1980, está sofrendo ataques frontais à sua realização. Isto se deve, segundo a autora, às “recentes mudanças científicas, tecnológicas e econômicas, e sua capturação pela ideologia neoliberal têm abalado, quando não desmantelado, um conjunto de conquistas sociais que constituía valioso legado de seculares lutas democráticas” (PEREIRA, 2002, p. 29).

Acompanhando a maneira de refletir sobre as políticas públicas brasileiras, mesmo entendendo que cada localidade tem suas peculiaridades, pode-se afirmar que são perceptíveis as fragilidades das mesmas, estampadas no atendimento das necessidades e direitos sociais de grande parte da população, muito embora não deixando de ressaltar os avanços ocorridos nas últimas décadas do século XX, inclusive, direcionados à pessoa idosa.

São pontos que levam a um repensar da educação desde a sua estrutura, como funciona na prática, a que orientação segue, como preocupações de fundo epistemológico, político, social, cultural, numa perspectiva de futuro para o ser humano em sociedade.

Entender a educação envolve uma relação dialética, cuja participação dos educando e dos educadores deve ser de extrema proximidade, vista num grande cenário que é a sociedade, regida por sistemas e regras econômicos, políticos e culturais, definidores das formas de convivência (FREIRE, 1996).

Grandes esforços, em termos mundiais, tentam discutir os diversos enfoques que ainda se manejam na Educação. Alguns a enxergam como um direito humano inalienável, outros pretendem que sirva para otimizar o desenvolvimento econômico e há aqueles,

que a entendem como luta política pelo poder e pela hegemonia de determinado grupo social. Tudo isto revela a frágil dimensão epistemológica alcançada pela Educação no seu desenvolvimento histórico e protagonismo cultural.

Desse modo, tem-se a convicção de que é necessário aproximar os problemas de estrutura e funcionamento da educação, em suas diversas modalidades, à discussão epistemológica, às novas perspectivas das dimensões da cultura e ao sentido que é dado à identidade cultural na diversidade como uma necessidade imperativa de evitar a fragmentação e conseguir a identidade e a autenticidade, tão importante para o reconhecimento dos seres humanos, num sentido do subjetivo, considerado também num sentido coletivo.

Por outro lado, deve-se considerar que se vive em um mundo cuja dinâmica tem sido o acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com avanços extraordinários e, conseqüentemente, têm alterado muitas das formas de viver, ampliando as atividades dos seres humanos e propiciando novos ritmos e novos rumos, até a criação de uma sociedade do lazer. Tudo isto traz novos desafios para a educação e para a vida humana, na conexão com o meio, traz uma inquietação e uma certeza. Reforça-se, assim, a importância de pensar na educação, a nível também epistemológico de forma crítica, observando as prioridades e as nuances das mudanças visualizando, as relações entre as pessoas, a educação e a sociedade.

As transformações, as mudanças da vida urbana que vêm ocorrendo nos últimos tempos, decorrentes, inclusive, do desenvolvimento industrial e tecnológico, despontam no surgimento de novas necessidades para a sobrevivência do ser humano. O reconhecimento dos direitos humanos aponta para outra necessidade que é a de formulação de políticas públicas, que possam atender às carências sociais, que são demandadas no processo de desenvolvimento urbano e no convívio em sociedade.

O crescimento dos direitos sociais está diretamente relacionado à transformação da sociedade, uma vez que as inovações técnicas e o progresso econômico fazem surgir novas necessidades sociais. Com isso, os direitos do homem, principalmente quanto aos direitos sociais, sofrem de grande defasagem entre a norma e a sua efetiva aplicação, que deverá ser quantificada e reduzida pelos sociólogos do direito. Ainda, deve haver empenho das forças políticas para a superação desse problema.

Essa é uma das grandes preocupações, ao se discutir os direitos da pessoa idosa como de um cidadão, uma vez que se percebem grandes conquistas de espaços e de perspectivas de melhoria da qualidade de vida assegurada por lei (plano teórico), mas que, na prática do dia a dia, deixa muito a desejar.

Na compreensão de Bobbio (1997), é no ordenamento de acesso, através do “ter direito” e o libertar com o “direito adquirido”, que a educação, no desdobramento da aquisição do saber, do conhecimento, se constitui na maior e única arma que propicia a liberdade ao homem em sociedade.

Nesse contexto, se discute a ideia de cidadania e sua relação com diversos fenô-

menos contemporâneos, que estão redefinindo os alcances e limites da participação, tal como foram vividos pelas sociedades modernas, até agora.

Bobbio, explica sobre o direito do homem como um fenômeno social, dentro de vários pontos de vista, filosófico, jurídico, econômico, sociológico coloca,

Mostra que essa proliferação ocorre de três modos: a) porque aumentaram a quantidade de bens considerados merecedores de tutela; b) porque foi estendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem; c) porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc. (...) É supérfluo notar que entre esses três processos, excluem relações de interdependência: o conhecimento de novo direito de (onde “de” indica o sujeito) implica quase sempre o aumento de direitos a (onde “a” indica o objeto) (BOBBIO, 1997, p. 63).

Os pontos abordados pelo grande estudioso dos direitos e da democracia são aspectos relevantes de uma sociedade de regime democrático, que levam a uma articulação maior para as condições de ter direito, respaldado legalmente. Mostra também, o autor, a vinculação entre dois pontos, justiça e validade, como requisitos que possibilitam o processo democrático. É, também neste texto, que Bobbio coloca a importante sentença: “Pode haver direito sem democracia, mas não há democracia sem direito...”

Nesse entendimento de democracia, encara as possibilidades de inclusão social, galgada pelos idosos nos espaços de aprendizagem, numa sociedade de regime democrático, no caso brasileiro, quando começam a buscar amparo e sustentação com a compreensão dos direitos, como a partir dos aspectos históricos voltados para o aprimoramento da convivência coletiva, já manifestada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (BOBBIO, 1997).

Enfocando a questão do acesso aos direitos sociais, mudanças também ocorreram no campo político. A democracia e a expansão do sistema democrático mostram as transformações na política, o reconhecimento dos direitos humanos, resultado de muitos anos de luta, como consequência do próprio desenvolvimento. E, dessas mudanças, decorrem possibilidades de maior acesso às políticas públicas. A democracia tem o grande intuito de distribuir, com igualdade, os direitos e as responsabilidades (DEMO, 1995).

A educação, como política pública dentro de um sistema democrático, deve também prezar o direito à igualdade de oportunidades, no entendimento do conceito preliminar do direito. Ou seja, direito como fato social e direito como fato histórico. Como fato social, na sua compreensão histórica, o direito se apresenta com variadas formas, refletindo aspectos inovadores nos diversos campos de interesse da sociedade, e do homem como cidadão, no cotidiano de suas relações sociais. Recorrendo mais uma vez ao texto de Bobbio (2004), que coloca “... o grande desafio da democracia é democratizar as instituições”.

O sentido do direito à educação, na ordem constitucional de 1988, está intimamente ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como com os seus objetivos, especificamente: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum. A política social de educação no Brasil se constitui num dos grandes desafios à inclusão social da pessoa na velhice. Tendo como mediadora a instituição de ensino, a escola, a universidade, como instâncias organizadas e estruturadas para possibilitar uma compreensão do envelhecimento. O que vem demonstrar a necessidade da educação permanente, a busca de conhecimentos, como uma constante, e reafirma a necessidade e importância do aprender, que não tem idade, porquanto a aprendizagem se dá ao longo de toda a vida. A educação é o grande instrumento de libertação e de crescimento de todo o cidadão, independentemente da idade.

A nível democrático, como prevê a lei maior brasileira – a Constituição Federal de 1988 –, na relação educação e cidadania, a educação é definida como direito de todo cidadão e dever do Estado e da família, conforme consta no artigo 205. Lembrando que, desde a Constituição Brasileira de 1824, já havia a determinação de que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” e também previa a criação de “Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Letras, e Artes”.

Também se comunga com o pensamento de que as riquezas econômicas e culturais em todas as partes do mundo dependem do valor que é dado à educação. A educação pública representa, pois, a única possibilidade de acesso e de formação qualificada na inclusão social de milhões de brasileiros.

Na dimensão social, a perspectiva implica destacar a estreita ligação entre implantação de um sistema educacional, as práticas de educação e sua relação com o Estado, o estágio de desenvolvimento econômico e suas condições sociais. Esses aspectos têm peso na adoção do conceito de ensino superior, intimamente relacionado com as estruturas básicas desenvolvidas em cada país. Significa dizer que cada sociedade precisa enfrentar o conflito quanto à decisão de considerar o princípio de educação integral ou sublinhar a sua função de qualificação econômica, ressaltando-se as implicações e os custos advindos de se adotar uma perspectiva em detrimento de outra.

Tratando sobre o assunto, com grande maestria, Freire mostra a importância de considerar o cotidiano, a vocação do sujeito e o meio em que ele o vive, para que o processo educativo flua, chamando tudo isso de ideias-força.

Ainda, no entendimento desse grande estudioso e pesquisador das questões educacionais, outras ideias, bastante importantes e que representam a força da educação por ele são abordadas,

[...] A educação tem que permitir ao homem chegar a ser sujeito em seu conteúdo, seus programas em seus métodos... Se queres que o homem atue e seja reconhecido como sujeito; Se queres que tome consciência de seu poder de transformar a natureza e que responda aos desafios que está lhe propõe. Se queres que o homem se relacione com os outros homens e com Deus – com a relação de reciprocidade; Se queres que através dos seus atos seja criador de cultura; Se pretendemos, sinceramente que se insira no processo histórico;... É importante preparar o homem para isso por meio de uma educação autêntica e uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue... (FREIRE, 1980, p. 36)

Neste sentido, o autor vem mostrar que o homem não pode participar ativamente de um processo onde ele faz parte da realidade e ajudar nas transformações dessa realidade, sem estar consciente. A possibilidade de tomar consciência da realidade, através da educação é que lhe dá condições para fazer parte, com liberdade, de estar construindo a sua história na sociedade. “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade de sua própria capacidade para transformá-la” (op. cit).

No que se refere à realidade brasileira, enfrenta-se, ainda, um elevado índice de analfabetismo, com cerca de 19% da população, conforme dados do IBGE dos últimos censos, trazendo para o centro do debate educacional a questão do ensino público igualitário que remete a questão de privilegiar todas as classes sociais e as faixas etárias. A superação de barreiras, e não a segregação e exclusão do homem que envelhece, nos dias de hoje, vem contribuir para a cristalização da cisão estrutural entre elaboração e execução da política de educação e seus princípios, inspirando-se na visão linear.

Observava-se que nos programas que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE) a exemplo do Programa Brasil Alfabetizado, só atinge os municípios que têm taxas de analfabetismo superior a 35%. O público-alvo é composto de jovens e adultos de 15 a 29 anos. Foi dentro desse programa, que já tinha público definido, inclusive por idade, que os idosos foram sendo excluídos. Essa abertura se deu a partir de 2007.

No estado de Sergipe, num desdobramento do programa Brasil Alfabetizado, a exemplo de outros estados foi, segundo informações da Secretaria de Estado da Educação, criado o Programa Sergipe Alfabetizado, destinado a 120 mil jovens e adultos – EJA. Informaram, também, que nos anos de 2007 e 2008 foram alfabetizadas 25.945 pessoas, sendo 2.360 com idade acima de 60 anos, em 33 municípios. Havendo 40 mil a serem alfabetizados em 2008 – 2009.

Na perspectiva do Estado democrático e de uma sociedade igualitária, com a Constituição Federal de 1988, no caso brasileiro, percebe-se uma movimentação para a formulação de políticas sociais inclusivas, que tem como objetivos democratizar o acesso da população aos equipamentos e serviços sociais (saúde, educação, trabalho, habitação).

A dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania são considerados

princípios fundamentais da Carta Magna Brasileira/88, e que se espelham na Declaração Universal dos Direitos Humanos citada acima.

O sentido de ter o direito, de continuar aprendendo, independente da idade, como perspectiva de desenvolvimento e envelhecimento saudável, no momento em que é celebrada a longevidade do ser humano, neste novo século, com os avanços tecnológicos, com a engenharia social e educacional, traz à tona algumas questões. Uma delas está vinculada a estabelecer uma relação entre os aspectos conceituais da educação e da política de educação, na perspectiva do atendimento ao direito de aprender. Questionou-se, também, a universidade e o seu papel social, num sistema sociopolítico neoliberal. Bem como, o envelhecimento humano, numa visão gerontológica, que mostra a influência dos diversos fatores no processo do envelhecimento.

Sendo, as políticas públicas, estratégias políticas e sociais formuladas para o atendimento das demandas, elas também carregam incrementos paradigmáticos correspondentes aos seus formuladores. Por outro lado, entende-se que no envolvimento de todos os aspectos referidos, não se pode perder de vista, ao pensar sobre as políticas sociais destinadas a atender os direitos da pessoa idosa dentro de que prega o regime democrático brasileiro, o respeito aos direitos de cidadania, independente da idade.

A nível mundial, o início das preocupações oficiais com o envelhecimento é detectado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de Genebra, em 1948, que defende o acesso universal de todos os indivíduos aos seus direitos e liberdade, sem distinção de raça, credo, idade, sexo, dentre outras.

Todavia, o reforço maior para que passasse a entrar, com mais força, no palco das discussões e propostas políticas foi o aumento expressivo no número de pessoas idosas no conjunto da população, passando a fazer parte na década de 1970 da agenda das políticas públicas. Desta forma, através do Conselho Econômico e Social, publicou-se a resolução 32/132, que propunha aos países membros a convocação de uma Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, convocação essa que aconteceu na ONU, durante a 33^a sessão.

No ano de 1982, considerado o marco histórico de debate internacional, ocorreu a Primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento Humano e que foi realizada em Viena, na Austrália, cujo objetivo era discutir o tema do envelhecimento visando a elaboração de estratégia de ação internacional. As discussões se estruturaram em torno dos assuntos: educação, saúde e nutrição, trabalho, bem-estar social, moradia e meio ambiente, seguridade social e proteção ao consumidor de idade avançada (CAMARANO e PASINATO, 2004).

Como resultado das discussões em Viena, tem-se o primeiro Plano Internacional de Ação sobre Envelhecimento, composto por sessenta e seis recomendações, com objetivos de:

- 1 – fomentar a compreensão nacional e internacional das conseqüências econômicas, sociais e culturais do envelhecimento populacional no processo de desenvolvimento;
- 2 – promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias e de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento;

- 3 – propor e estimular políticas e programas destinados a garantir a segurança social e econômica das pessoas idosas, bem como lhes dar oportunidades de contribuir com o desenvolvimento e compartilhar seus benefícios;
- 4 – apresentar alternativas e opções de políticas compatíveis com os valores e metas nacionais, bem como com os princípios reconhecidos internacionalmente a respeito do envelhecimento populacional e as necessidades das próprias pessoas idosas;
- 5 – estimular o desenvolvimento de propostas de ensino, capacitação de recursos humanos, adequados para lidar com o envelhecimento da população mundial e fomentar o intercâmbio internacional de atitudes e conhecimentos nesta esfera.

Na opinião de Camarano (2004), como um dos grandes resultados positivos do referido Plano de Ação, houve a inserção do envelhecimento nas discussões internacionais e o despertar de interesses e compromisso dos estados nacionais, em desenvolver políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

Desta forma, os cinco pontos listados no plano demonstram aspectos que focalizam os diversos aspectos da vida e dos espaços sociais. Porém, a forma de abordá-los, a nível de direcionamentos, se prende aos paradigmas hegemônicos e as perspectivas de uma velhice dependente e tendente a relacioná-la com as doenças.

Ainda nesse percurso, dez anos após a realização da primeira Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, a ONU proclamou em 1992 que o Ano Internacional da Pessoa Idosa, seria 1999, com o lema “uma sociedade para todas as idades”.

Numa sequência histórica de acontecimentos importantes, em 2002 foi realizada a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, desta feita em Madri/Espanha, dando maior atenção à realidade das sociedades periféricas e reconhecendo que o envelhecimento populacional é uma realidade mundial.

A referida assembleia contou com a participação de 150 países e teve como objetivo responder aos desafios do envelhecimento das populações no século XXI. Desta reunião foram formuladas 130 recomendações, distribuídas em três grandes eixos: o primeiro, pessoas idosas e o desenvolvimento, que recomenda a incorporação do envelhecimento no planejamento de todas as políticas setoriais e promoção de oportunidades; o segundo eixo denominado saúde e bem-estar físico e mental na velhice; e, o terceiro, a criação de ambiente propício e favorável que possibilite a inclusão social da pessoa idosa, e que prevê o diálogo intergeracional, acesso a serviços e bens sociais, meios de transporte e moradia adequados às condições da velhice (PESSOA, 2009, p. 136).

Durante o mesmo evento foram apresentados dois documentos: o da OMS, “envelhecimento ativo” que representou um marco político na saúde; e o outro da Organização Internacional do Trabalho – OIT, intitulado “uma sociedade pra uma população que envelhece: o desafio do emprego e proteção social”.

Vários outros eventos de nível internacional continuam acontecendo, entre eles, foi implantado o Ciclo de Diálogos 2020, com a participação de pesquisadores cientistas,

estudiosos das diversas áreas, a sociedade civil e representantes dos governos. Ancorados nesses documentos, vários países passam a estabelecer estratégias e ações específicas sobre o envelhecimento nas diversas regiões do mundo.

Na América Latina, o Brasil destaca-se, ainda na década de 1990, com a instituição de uma legislação específica, a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842/1994 (PNI), que tem como um de seus propósitos o de reforçar o cumprimento do que determina a Constituição Federal/1988.

Importante lembrar, nesse percurso, a retomada de mobilização da sociedade civil, a partir de meados da década de 1970, período que se reiniciam as lutas pela democracia, e que resultam na elaboração e promulgação da Carta Magna de 1988, a qual tem sido um dos grandes e principais suportes como instrumento de proteção social à pessoa idosa e demais segmentos etários. Desde o Título I – Princípios Fundamentais da Defesa da Cidadania e a Dignidade da Pessoa Humana, conforme consta no art. 1º, II e III. Também incluído como um dos objetivos fundamentais, no art. 3º, IV, “... promover o bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A referida PNI visa “assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”, consequentemente assegurando o direito de exercer sua cidadania. A centralidade, os princípios e diretrizes da PNI, no art. 3º, apontam:

- I – a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida;
- II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V – as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

No que diz respeito às diretrizes, consta no art. 4º, I, entre os demais, “viabilização de formas alternativas de participação ocupação e convívio do idoso, que proporcionam sua integração às demais gerações”.

E, nesse aspecto, as Universidades têm um papel importante, como também outras instituições, ao possibilitar a entrada de pessoas acima de 60 anos, através das alternativas propiciadas pelas Universidades Aberta à Terceira Idade -UNATI. Isso atendendo o que está previsto no art. 8º da PNI que coloca. “A União, por intermédio do ministério

responsável pela assistência e promoção social, compete: I – coordenar as ações relativas à política nacional do idoso; II – participam na formulação, acompanhamento e avaliação da política nacional do idoso”, e que estão previstas nas implementações das ações e competências governamentais, das áreas específicas, definidas no capítulo IV, art. 10, inciso III da PNI, ficou estabelecido na área de educação:

- a) Adequar currículos, metodologias e materiais didáticos aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) Incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) Apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

Decorrente desse processo é que nasceu a discussão e formatação de uma legislação mais consolidada, que contou, ao nível do legislativo, com o apoio de um senador, Paulo Paim. Trata-se do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, assinada em 1º de outubro de 2003, que veio, conforme expresso no documento, assegurar os direitos dos idosos, como consta no início do documento, “o Presidente da República: faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a Lei n.º 10.741 – Estatuto do Idoso”.

A centralidade, tanto da PNI como do Estatuto do Idoso, está na participação, no controle social, na descentralização política e administrativa, na intersetorialidade, visando a garantia de direitos fundamentais da pessoa idosa.

Nas Disposições Preliminares do Estatuto estão expressas:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à convivência familiar e comunitária.

No Art. 4º, reforçando aos artigos anteriores da mesma lei coloca: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação”. São enfaticamente reforçados nos direitos fundamentais, expressos no art. 8º: “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”.

E a garantia do direito do cidadão envelhecer está prescrita no art. 9º: “É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Esses aspectos ainda aclamados e reforçados no art. 10: “É obrigação do Estado, da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na constituição e nas leis”.

A relação da educação permanente está diretamente vinculada com a possibilidade de permanência e/ou inserção no mercado de trabalho, pela necessidade de atualização de conhecimentos numa sociedade onde os saberes se avolumam e se multiplicam, num curto espaço de tempo.

Conforme foi visto, nesse breve percurso, o final do século XX, mais especificamente a década de 90, pode ser considerada como o período de grandes avanços, especialmente científico e educacionais, nas questões do envelhecimento, no caso brasileiro. São criados e ampliados os espaços para que a população idosa possa participar ativamente de algumas decisões políticas.

Neste cenário, urge também, nas Universidades, mudanças nas ações para enfrentar as diversidades e atender as demandas emergentes dos segmentos vulneráveis. A Universidade não pode e nem deve ficar alheia a todas estas questões, mas, sim, deve contribuir, seja na formatação de saber, de conhecimento, também na preparação de recursos humanos e dos espaços, para lidar com esse novo fenômeno social que é o envelhecimento humano e nesse sentido, a introdução de inovações. O aprender na terceira idade se constitui em mais um dos desafios, diante das evidências apontadas relacionadas às barreiras, os obstáculos que vão tendo quer ser enfrentados, diante da rigidez da instituição universitária, presa a paradigmas ultrapassados, que se fixam nos defensores e seguidores de posturas fechadas, em nome do tradicional, não visualizando o novo, as inovações e exigências das demandas da atualidade. Os tempos mudaram, evoluíram e com eles devem também evoluir nas formas de agir, inovar nas mais diversas áreas, se quiser acompanhar essas transformações.

São visíveis as consequências, mediante as fragilidades das políticas públicas, para atender aos idosos. Muito mais difícil e complexa fica a situação, ao pensar em políticas sociais para atender as demandas específicas do envelhecimento humano, numa perspectiva digna de cidadania, principalmente pelos dois fatores que acompanham o fenômeno envelhecimento populacional: aumento acelerado do número de pessoas idosas e aumento da expectativa de vida.

Visualizando as diversidades, apesar de serem notórias, todas essas implicações decorrentes do envelhecimento populacional, o Estado brasileiro ainda não dedicou o tempo e a preocupação necessária para efetivar políticas sociais efetivas para esse segmento. O que se tem observado são ações solitárias, como o problema da previdência, redução dos gastos na área da saúde e a mudança na forma de tratamento das pessoas de 60 anos e mais.

Além disso, o aumento do contingente de idosos na população brasileira ocorre concomitantemente com o agravamento da questão social provocada pela política econômica atual, que vem colocando em prática um modelo de Estado mínimo. Assim, a transfiguração da questão social que se manifesta a cada etapa tem, ao discutir o processo de envelhecimento, enfoques diferenciados.

É nesse percurso que retrata, através das décadas, a situação do homem velho e da mulher velha e principalmente na relação com o papel do Estado. Se o Brasil, na sua condição de país em via de desenvolvimento, não consegue proporcionar condições dignas de vida para a grande parte de sua população, como então garantir saúde, educação, moradia, emprego e renda para um segmento em franco crescimento e com características tão específicas como os idosos? São situações que carecem de efetivas políticas públicas.

A análise dos meios, métodos e os instrumentos do aprender, através da visão dos sujeitos intentam captar as possíveis iniciativas inovadoras pedagógicas, inerentes à relação ensinar-aprender por ser complexa e decorrente da própria complexidade e especificidade do ser humano. A prática pedagógica inovadora é entendida como a construção de um novo olhar crítico, onde se possa perceber um mundo cada vez mais complexo, poder enxergar as incertezas e passar a construir novos caminhos na relação professor-aluno, com cumplicidade, cooperação, respeito às diversidades, encarando o conhecimento como uma construção social permanente.

A inovação pedagógica, nesse sentido, é vista como um processo de construção que consiste na criação de contextos de aprendizagem incomuns, relativamente aos que são habituais nas escolas, como alternativa à instância nos contextos de ensino. Assim, ainda que inspirada ou estimulada por ideias ou movimentos que podem extravasar o âmbito local, a inovação pedagógica parte de opções individuais e locais, podendo se constituir em estratégias de inclusão e conquista de direitos sociais da pessoa idosa.

Desta forma, aos sujeitos emergentes no novo cenário do aprender, têm imposto novas formas pedagógicas de ensinar e aprender, dentro das perspectivas de uma sociedade de direitos, seja em qualquer idade.

Velhice e sexualidade

Os estudos psicológicos da sexualidade humana acentua cada vez mais a referência, a importância das condições sócio-culturais, como culturas e normas e também, o papel

da experiência pessoal. Dependendo da cultura, de como a vida foi conduzida até a idade madura e ou idade da velhice, o idoso a idosa, inicia um processo de questionamentos paradoxais e sofridos, chegando, as vezes a aposentar-se sexualmente. (SILVA, 2005, p. 146)

Conforme coloca o grande estudioso e considerado o pai da psicanálise Sigmund Freud, a sexualidade existe e se manifesta em todas as idades durante toda a vida, embora de maneira diferente, porque, sabe-se, a sexualidade é também socialmente construída.

Os estudos sobre envelhecimento e sexualidade são normalmente, associados às condições biológicas. Em levantamento desenvolvido por estudiosos do assunto, sobre os descritores “envelhecimento, sexualidade e qualidade de vida” em periódicos nacionais e internacionais, esse aspecto foi considerado importante no sentido de que está associado a fatores sócio-culturais.

Atualmente a sexualidade é considerada por alguns estudiosos como um dos pilares da qualidade de vida, envolvendo caráter multidimensional, ou seja, não é influenciada somente por fatores anatômicos e psicológicos, mas principalmente por fatores psicossociais e culturais, além de relacionamentos interpessoais e experiências de vida no contexto da família e da comunidade (RODRIGUES; ANDRADE; FARO, 2008, p. 216, p. 207)

É importante refletir que a sexualidade não se limita ao ato sexual e sim considerada como,

[...] uma manifestação plural, envolve nossa postura diante da vida, auto-estima, auto-estima. Manifesta-se através da maneira como nos vestimos, como cuidamos da aparência, da higiene pessoal, como participamos dos eventos sociais e é notável que o declínio de sua atividade ocorre muito mais em decorrência das enfermidades que acompanham o envelhecimento, do que propriamente ao fato de envelhecermos... A sexualidade entre pessoas é também afeto, amor, respeito, carinho, toque, cumplicidade (COELHO, 2009, p. 154).

A incipiente discussão acerca da sexualidade na velhice é, em alguns casos, fruto da posição pessoal de estudiosos do envelhecimento, que não vinculam desejo sexual, ou mesmo orientação sexual, nas pesquisas sobre o tema. Nesse sentido, torna-se mais fácil, e tranquilo, ater-se aos aspectos biológicos e fisiológicos da velhice.

Mudanças anatômicas e fisiológicas são inevitáveis com o decorrer do tempo; porém, se profissionais e pesquisadores desta área voltarem seus estudos para a educação e conscientização das dificuldades enfrentadas nesta fase de vida, poderemos desvendar parte dos problemas no relacionamento afetivo e sexual dos idosos. Entretanto, foi possível observar, pela análise dos artigos, que autores veiculam suas posições pessoais, por a sexualidade ser uma função fisiológica que implica um comportamento ao qual se atribuem valores morais. (RODRIGUES; ANDRADE; FARO, 2008, p. 216)

Todavia, tem-se novos estudos que analisam a sexualidade além da anatomia com autores que consideram a sexualidade como “um fenômeno relacional, isto é, sua qualidade depende tanto de nossa capacidade de amar, de soltura, de entrega, muitas vezes só

aprendidas nos anos de mais maturidade” (CIORNAL, 1999, p. 52)

Outros pesquisadores afirmam que à medida que os poderes físicos decrescem, a imaginação se solta e voa livre. Enquanto o desempenho diminui, o âmbito das fantasias eróticas se expande e vivifica. Os mais velhos talvez sejam mesmo exploradores. Como sua capacidade de comportamento sexual é mais limitada, eles não precisam temer ou censurar a excitação. Podem deixar-se levar para as extensões mais distantes e intocadas São momentos de sabedoria e descoberta. (HILLMAN, apud COSTA, 2009)

Outro autor coloca que o desejo sexual na velhice tem dificuldades em encontrar uma justificativa. Ele requer uma perspectiva imaginativa. O desejo tem um caráter indestrutível; não tem a idade de nossos vasos sanguíneos. Mas o desejo está presente e ativo em qualquer idade. O ser humano é o sujeito do desejo, e o desejo é aquilo que nos move e nos acompanha até o momento da morte. (MUCIDA, apud. COSTA, 2005, p. 157).

Em estudo sobre as características de casos da Síndrome Imuno Deficiência Adquirida (AIDS), em sujeitos com idade igual ou superior a 50 anos no estado de Pernambuco, Pottes et al (2007, p. 339) lembram que o desejo sexual não se esvai na velhice, mas a sociedade reforça que o “sexo é prerrogativa da juventude, [o que] contribui para manter fora das prioridades de prevenção das DST e AIDS os grupos populacionais com idade superior a 50 anos”. Esse estudo verificou que a maioria absoluta dos casos de transmissão (96,6%) ocorreu por transmissão sexual, com o predomínio da subcategoria heterossexual na faixa de 50 anos ou mais (57,6%), e uma crescente feminização da doença. Esse tipo de estudo contribui para refletir sobre redoma que se coloca sobre a questão da sexualidade na velhice, que normalmente não é discutida nem em atividades e programas públicos, nem mesmo no âmbito familiar. As mudanças no perfil das pessoas que contraem a sida podem ser explicadas por diversos fatores ligados à sexualidade:

como questões culturais (baixa noção de risco - o próprio idoso se vê como uma pessoa afastada da exposição ao vírus, não realização de sexo seguro), heterossexualização e feminização (ampliando o universo de susceptíveis), terapias mais eficazes (adiamento da instalação e notificação da aids), aumento da expectativa de vida ao nascer e aumento da atividade sexual (reposição hormonal, para as mulheres e tratamento da impotência sexual entre os homens). (POTTES et al, 2007, p. 350)

Outro dado que merece destaque, o estímulo à plenitude sexual que surge concomitante à aparição do viagra na cena pública brasileira, conforme indicam Brigeiro e Maksud (2009, p.82), que instigou no segmento idoso, principalmente masculino, a erotização e permanente vida sexual, que só se esvai com a morte.

Os homens velhos eram frequentemente evocados nas reportagens: “no primeiro dia de vendas a maioria dos clientes nas farmácias era da terceira idade” (jornal culto); “Terceira idade poderá ter vez ao teto espelhado” (jornal popular). Em uma charge publicada no jornal popular, as filas nas farmácias se confundem com as do INSS, e em outra um velho vestido de super-homem vai à farmácia. Tais imagens assinalam a tensão existente entre atividade sexual e velhice, apostando no medicamento como uma solução para esse ‘problema’.

Acompanhando o raciocínio do autor, percebe-se que a linha tênue que separa o estímulo e a prevenção não pode ser considerada somente no âmbito da saúde do idoso, mas à compreensão de que a sexualidade é parte integrante da vida. Logo, compete ao estado insistir e investir na realização de programas de prevenção voltados para o atendimento de pessoas dessa faixa etária portadoras de HIV/aids, que já começam a despontar nas estáticas das pesquisas de saúde, carecendo inclusive de estudos mais aprofundados sobre a sexualidade na velhice

O mito da eterna juventude

Um dos mais instigantes romances a enfrentar a questão do envelhecimento tal qual se põe na sociedade capitalista, “O retrato de Dorian Gray”, de Oscar Wilde, expressa, talvez, um dos grandes “problemas” atuais nesse processo, considerado natural. Trata-se do enfrentamento da finitude humana no corpo, como sinaliza Correa (2009, p. 15):

Experimentar a finitude humana no corpo é algo único frente ao interdito do contemporâneo que prega a impossibilidade da vivência do envelhecimento com a cultura de valores relativos à juventude. Tais valores correspondem não à rebeldia que consideramos típica em adolescentes, mas aos padrões de beleza impostos pelo mercado.

Numa sociedade marcada pelo culto ao belo, que só se exterioriza em determinada fase do desenvolvimento humano, envelhecer não significa senão decrepitude e nesse sentido “a associação entre fealdade e velhice também é algo recorrente no imaginário social. A beleza da juventude cede lugar para o seu oposto no percurso da vida” (CORREA, 2009, p. 14-15). Na luta pela superação dessa condição, novos termos surgem, de forma a tornar mais “suportável” o envelhecimento, como o caso de terceira idade:

O próprio conceito de terceira idade também traz em seu bojo uma revitalização da imagem do envelhecimento (Debert, 1998), como pôde ser notado em uma ocasião em que um clube da terceira idade do interior paulista criou um lema que expressa muito bem essa nova condição: “Com a idade envelhecemos, com a terceira idade rejuvenescemos”. (CORREA, 2009, p. 52)

O mito da juventude traz em si o escamoteamento da questão da velhice e reforça as concepções que a tornam algo negativo no processo de desenvolvimento humano. O peso social, econômico, político e cultural por trás dessa concepção desembocará, fatalmente, no próprio desenvolvimento da sociedade, pois ao mesmo tempo em que a ciência e a tecnologia contribuem para o aumento da expectativa de vida, a sua apropriação pelo mercado se volta à idéia de,

corpos saudáveis e rentáveis ao capitalismo....Como aliada do mercado, a ciência é parte no processo de construção desse ideário expresso por meio da procura

da “fonte da juventude”, de fórmulas, drogas e de prevenção ao envelhecimento, a fim de levar à produção de subjetividades que reforcem a lógica capitalista do “espírito jovem” e do reaproveitamento do corpo idoso. (IDEM, p. 70).

Esses são alguns dos aspectos que suscitam o debate sobre o envelhecimento, mas não são os únicos. As relações familiares; as condições e relações intergeracionais, as condições de vida e trabalho (ou sua ausência); o marco legal que protege o idoso (Constituição Federal, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional do Idoso); a própria concepção de envelhecimento; a violência contra a pessoa idosa, o protagonismo e o empoderamento desse segmento etário, dentre outros, pressupõem que o tema em destaque permite e exige desenvolver reflexões e estimular o debate no cotidiano de qualquer atividade, profissional ou social e em especial, no cotidiano da escola.

Considerações Finais

Refletir sobre a diversidade na perspectiva da educação, terceira idade e política social como estratégia de direito, dentro de uma sociedade democrática, pelo viés da pedagogia e de suas inovações, implica no direcionamento de alguns pontos. Um deles é a perspectiva conjuntural numa visão das condições sócio-estruturais. O outro é quanto aos componentes filosóficos, conceituais e seus aportes. E isso não tem sido uma tarefa fácil e nem poderia ser, devido, inclusive, ao próprio dinamismo da sociedade.

Pensar no inovar pedagogicamente, é buscar uma compreensão sobre o aprender na terceira idade, numa perspectiva de direito social, é procurar encontrar novos caminhos, novas estratégias que, ao considerar os espaços sociais, as relações entre os sujeitos e suas experiências, os interesses e conteúdos, os aspectos cotidianos, as novas tendências do mundo globalizado, pode, de forma diferente da tradicional, resultar em um aprender para melhor convívio na sociedade atual.

A inovação – esse é o grande desafio: possibilitar a elaboração de seus próprios saberes, conforme enfatiza Vygotsky (1988), quando mostra que as construções dos conhecimentos e dos saberes se estabelecem nas relações interpessoais e que derivam de experiências vividas na coletividade.

Hoje, há muitas possibilidades de aprendizagem na era da comunicação e informatização, com muitas alternativas no mundo virtual que podem ser utilizadas, oferecendo vantagens, ao apresentar recursos de sons e imagens mais interativos e que podem reunir maior quantidade de pessoas, em diversos espaços geográficos, e em tempo real. Pelas análises dos economistas, traz grandes vantagens em redução de recursos-custos e possibilitam a maior quantidade e diversidade de informações no mundo atual, através do sistema de rede (FERREIRA, 1999).

A velocidade e a dinâmica, cada vez maior, das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade moderna, têm sido uma das características desse novo milênio. Para Galbraith (1976), essas características denotam o que ele chama de “era da incerteza” e Drucker (1974) considera como a era de descontinuidade, ao analisar o papel das organizações.

Todavia, são esses aspectos que dão sustentação à sociedade do conhecimento, pautada na informação, globalização e que refletem nas mudanças profundas dos valores, das crenças culturais. As implicações estão visíveis em todos os setores da vida do ser humano, e afetam, tanto numa perspectiva pública, como privada .

Nesse processo evolutivo, chegando até os dias atuais e, dentro das chamadas inovações pedagógicas, a escola vem sendo olhada e preparada para responder ao desenvolvimento do sistema capitalista, modificando suas características iniciais. Reside aí, o desafio de buscar humanizar o conceito de educação, integrando o mundo objetivo ao mundo da vida, considerando que o indivíduo não é mero reflexo do mundo do trabalho e do capital.

Nessa perspectiva, perceber um cidadão de direito e inovar, significa sair do comum, do instituído e buscar novas formas do aprender, considerando o que o cotidiano vai oferecendo, vai apontando. Porém, numa proposta coerente e consciente, numa ação-reflexão-ação, de forma dialética-crítica, cuja prática se constitui na grande fonte de inspiração nas ações inovadoras. E, diante disso, envolve e a necessidade de uma visão e de um ambiente interdisciplinar. Ou seja, a concepção de um novo lugar educativo, com a utilização, também, de novos recursos, novas tecnologias. Nesse espaço, é importante serem identificados fundamentos para a construção de um ambiente interdisciplinar de interação fértil e de fertilização da transformação do indivíduo. Deve, também, ser um lugar que ofereça orientações teóricas e práticas, para reflexões sobre o espaço e o tempo, adequados para aprender, conhecer, relacionar-se, trocar experiências, conviver em interação com o outro de forma cooperativa, e conviver consigo mesmo e com o mundo. Enfim, um ambiente de aprendizagem interdisciplinar também, que tende a romper com algumas formas de relações baseadas na hierarquia formal, que apresenta novas propostas de relacionamento, de interação e cooperação entre os indivíduos (KACAR, 2003; FREIRE, 1999).

Desse modo, o indivíduo ao ultrapassar os limites do desafio, irá sentir-se com capacidade para a realização das suas aptidões, tornar-se criativo e descobrir novas capacidades, podendo, também, haver um rompimento com o reducionismo na relação com o aprender, como mero processo racional, onde o conhecimento, geralmente, é associado a abstração e a razão.

É importante entender, nessa direção, a função do professor como organizador de contextos de aprendizagem e como agente metacognitivo, e a intervenção pedagógica, como elemento de transformação das rotinas escolares tradicionais.

Todavia não basta apenas colocar equipamentos de última geração, para consid-

erar que os ambientes de aprendizagem foram inovados. Essas mudanças envolvem: mudança de paradigmas e um processo de ensino e aprendizagem que respeitem as diferenças entre os diversos contextos

A revolução está em retirar o poder e a autoridade do mestre transformando-o de todo poderoso e detentor do saber, para um “educador-educando”. Que, segundo Paulo Freire, esta é a visão que deve permear todo ambiente, no modo de ver o universo, a vida e o mundo das relações sociais.

Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Delmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.
- ASSIS, M. Aspectos sociais do envelhecimento. In: Saúde do idoso: a arte de cuidar. Assuero Luiz Saldanha; Célia Pereira Caldas (organizadores). Rio de Janeiro: Interciência, 2ª edição, 2004.
- BARROS, Miriam Moraes Lins de. Envelhecimento, Cultura e Transformações Sociais. In: **Tempo de envelhecer: percurso e dimensões psicossociais** (org. Lígia Py et al). 2ª ed. São Paulo, Holambra, Setembro, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social, V. 2).
- BEAUVOIR, S A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- _____. **Balanco final**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- _____. **A idade da discrição**. São Paulo: Circulo do livro, 1968.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 9ª ed., 1992.
- _____. O tempo de Memória: De senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 35/2001 e pelas de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. **Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário da República Federativa do Brasil, de 03 de outubro de 2003.
- _____. **Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário da República Federativa do Brasil, de 05 de janeiro de 1994.
- CAMARANO, A. **As Características das instituições de longa permanência para idosos**: Região Centro–Oeste. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2008.
- _____. **Características das instituições de longa permanência para idosos**:

- Região Norte. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2007.
- _____. **Mecanismo de proteção social para a população idosa brasileira.** Texto para discussão nº 1179. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CARVALHO, J. A M. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico.** São Paulo: Cadernos de Saúde Pública, v. 19 , 2004.
- DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da velhice: socialização e processo de privatização do desenvolvimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.
- DELORS, Jacques (org.) **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.** São Paulo: Cortez/MEC /UNESCO, 1999.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e Desenvolvimento das Políticas Sociais no Brasil.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03. Brasília, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.
- FERRIGNO, J. C. **Co-educação entre gerações.** Petrópolis, RJ: Vozes, São Paulo: SESC, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 36 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.
- _____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- _____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GADOTTI, Moacir. **Fórum Mundial de Educação: pró-posições para um outro mundo possível.** São Paulo: Autores Associados; Instituto Paulo Freire, 2008.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Idoso. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 03. Brasília, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000
- KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo.** In: Revista Saúde Pública. São Paulo: 21(3) 200–210, 1987.
- LIBÂNEO, J. C. et al . **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 2001.
- LOUREIRO, A M. L(org.) **O Velho e o aprendiz: o imaginário e a experiência com o AT-9.** São Paulo: Zoek, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTE. Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.
- PAPALÉO, N. M.(org.) **Gerontologia.** São Paulo:Ateneu, 2000.
- _____. Estudo da velhice no Séc. XX: história, definição do campo e termos básicos. In. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **A crítica da razão indolente.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Noêmia Lima (org.) **Gerontologia: engenharia inovadora no aprendizado sobre o envelhecimento**. São Cristovão/SE: Editora UFS, 2009.

_____.(Org.) **Gerontologia Social: a práxis no envelhecimento**. Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 2005.

SILVA, Noêmia Lima. Diversidades no pensar a educação como política pública voltada para o envelhecimento humano. In.: **Gerontologia: engenharia inovadora no aprendizado sobre o envelhecimento**. SILVA, N. L. (org.) São Cristovão/SE: Editora UFS, 2009.

SILVA, Noêmia Lima; CRUZ, Maria Helena Santana; BARRETO, Liliádia da Silva (orgs). **Estudo social dos impactos das ações de proteção social básica na vida dos idosos inseridos nas atividades dos centros de convivência dos idosos**. Aracaju/SE: SEMASC, 2008.

Outras referências para pesquisa: (filme, vídeo, site etc.)

Algumas obras permitem que o debate sobre o tema envelhecimento possa ser apreciado em vários aspectos. Trata-se de obras cinematográficas, literatura, poesia, música, dentre outras formas de expressão artística. A seguir, sugestões de filmes e outras obras que merecem destaque no tocante ao tema:

Filmes:

1. Tomates verdes fritos

Ficha técnica:

Título original:Fried Green Tomatoes

Gênero:Drama

Duração:02 hs 04 min

Ano de lançamento:1991

Atores: Mary Stuart Masterson, Mary-Louise Parker, Jessica Tandy, Cicely Tyson, Chris O'Donnell

Distribuidora:Universal Pictures

Direção: Jon Avnet

Roteiro:Fannie Flagg e Carol Sobieski, baseado em livro de Fannie Flagg

Produção:Jon Avnet e Jordan Kerner

Sinopse:

Evelyn Couch é uma dona de casa emocionalmente reprimida, que habitualmente afoga suas mágoas comendo doces. Ed, o marido dela, quase não nota a existência de Evelyn. Toda semana eles vão visitar uma tia em um hospital, mas a parente nunca permite que Evelyn entre no quarto. Uma semana, enquanto ela espera que Ed termine sua visita, Evelyn conhece Ninny Threadgoode, uma debilitada mas gentil senhora de 83 anos, que ama contar histórias. Através das semanas ela faz relatos que estão centrados em uma parente, Idgie, que desde criança, em 1920, sempre foi muito amiga do irmão, Buddy. Assim, quando ele morreu atropelado por um trem (o pé ficou preso no trilho), Idgie não conseguia conversar com ninguém, exceto com a garota de Buddy, Ruth Jamison. Apesar disto Idgie era bem doce, apesar de nunca levar desaforo para casa. Independente, ela faz seu próprio caminho ao administrar uma lanchonete em Whistle Stop, no Alabama. Elas tinham uma amizade bem sólida, mas Ruth faz a maior besteira da sua vida ao se casar com Frank Bennett, um homem estúpido que espanca Ruth, além de ser secretamente membro da Ku Klux Klan. Inicialmente Ruth tentou segurar a situação, mas quando não era mais possível Idgie foi buscá-la, acompanhada por dois empregados. Idgie logo dá a Ruth um emprego em sua lanchonete. Por causa do seu jeito de se sustentar sozinha,

enfrentar Frank e servir comida para negros no fundo da lanchonete, Idgie provocou a ira dos cidadãos menos tolerantes de Whistle Stop. Quando Frank desapareceu misteriosamente muitos moradores suspeitaram que Idgie, Ruth e seus amigos poderiam ser os responsáveis.

Sobre o aspecto do envelhecimento, o que observar?

A narrativa da idosa. Ao rememorar aspectos do passado, contribui para pensar não somente o legado histórico de cada personagem, mas a forma como supera as condições de vida de um idoso asilado: o esquecimento e a segregação constituem dois aspectos importantes nesse sentido.

2. De bem com a vida

Ficha técnica:

Título original: How about you

Ano: 2007

Diretor: Anthony Byrne

Roteiro: Jean Pasley, baseado em conto de Maeve Binchy

Música: Niall Byrne

Fotografia: Des Whelan

Elenco: Vanessa Redgrave, Imelda Staunton, Hayley Atwell, Joss Ackland, Brenda Fricker, Orla Brady, Joan O'Hara.

Gênero: Comédia

Sinopse:

Irlanda - O mais atraente em “De Bem com a Vida” é o esplêndido elenco e a locação. Imagine um chalé confortável, rodeado por um belo gramado e muitas árvores. Tudo o que se deseja é esticar as pernas numa poltrona perto da lareira, lendo ou conversando com amigos, olhando as águas do rio ou a neve que cai. Mas há um problema nesse cenário acolhedor. Quatro dos moradores têm modos insuportáveis e afugentam os futuros candidatos à bela casa de repouso para idosos. A proprietária Kate Harris, que investiu todas as economias nesse projeto, além de lidar com os clientes difíceis, recebe visitas inesperadas de um inflexível inspetor de saúde. Uma notificação pode levar ao fechamento da residência. Em meio a essas circunstâncias, aparece inesperadamente a jovem Ellie Harris. Ela quer morar na casa e trabalhar para juntar dinheiro e viajar com o namorado. Kate teme lhe dar uma oportunidade pois conhece os modos irrefletidos da irmã caçula, mas acaba cedendo. Ellie e os idosos vão se conhecendo, entrando em conflito, aprendendo uns com os outros.

Sobre o aspecto do envelhecimento, o que observar?

Mais um filme que associa velhice e segregação. Em determinado momento, uma

personagem que sai da casa de repouso e é localizada pela cuidadora num pub dispara: “senti falta disso: de cantar, de dançar, de ser jovem... olhe para mim trancada naquele hospício com uma seringa...”.

3. O violinista que veio do mar

Ficha técnica:

Título no Brasil: O Violinista que Veio do Mar

Título Original: Ladies in Lavender

País de Origem: Inglaterra

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 113 minutos

Ano de Lançamento: 2004

Estúdio/Distrib.: Imagem Filmes

Direção: Charles Dance

Sinopse:

Em 1936, na pequena vila de Cornwell, norte da Inglaterra, nem mesmo a iminência da guerra altera o pacato cotidiano dos moradores. Mas quando uma tempestade traz um charmoso, carismático e misterioso jovem na praia da casa das irmãs Ursula e Maggie, o povoado entra em ebulição. O Violinista que Veio do Mar é um encantador e sensível filme romântico sobre o tempo e o momento do amor, com soberbo elenco formado por Judi Dench, Maggie Smith, Daniel Bruhl, Natasha McElhone e belíssima trilha sonora com o grande violinista Joshua Bell.

Sobre o aspecto do envelhecimento, o que observar?

O que, na sinopse, se refere ao “tempo e o momento do amor”. Importante destaque.

4. Chá com Mussolini

Ficha técnica

Título original: Tea with Mussolini

Lançamento: 1999 (EUA)

Direção: Franco Zeffirelli

Atores: Cher, Judi Dench, Joan Plowright, Maggie Smith, Lily Tomlin

Duração: 116 min

Gênero: Comédia

Sinopse

Luca Innocenti um garoto nascido fora dos laços do matrimônio e não-reconhecido oficialmente por seu pai, que luta por sua independência e para achar um meio onde possa desenvolver seu apreço pela arte. Os anos seguintes são uma evocação de um mundo desaparecido: o da quieta cidade de Florença beira da Segunda Guerra Mundial. Neles estão Arabella, Mary e Hester, que retratam o excêntrico, colorido e legado das senhoras

britânicas e que, juntamente com uma colecionadora de arte americana e uma arqueologista, dividem seu tempo em debates sobre a situação do país em plena Era Mussolini.

Sobre o aspecto do envelhecimento, o que observar?

As relações pessoais e intergeracionais.

5. O curioso caso de Benjamin Button

Ficha técnica:

Título original: The Curious Case of Benjamin Button

Gênero: Drama

Duração: 02 hs 46 min

Ano de lançamento: 2008

Estúdio: Warner Bros / Paramount Pictures / The Kennedy/Marshall Company

Distribuidora: Warner Bros

Direção: David Fincher

Roteiro: Eric Roth e Robin Swicord, baseado em estória de F. Scott Fitzgerald

Produção: Ceán Chaffin, Kathleen Kennedy e Frank Marshall

Música: Alexandre Desplat

Fotografia: Claudio Miranda

Direção de arte: Kelly Curley, Randy Moore e Tom Reta

Figurino: Jacqueline West

Edição: Kirk Baxter e Angus Wall

Sinopse

Nova Orleans, 1918. Benjamin Button nasceu de forma incomum, com a aparência e doenças de uma pessoa em torno dos oitenta anos mesmo sendo um bebê. Ao invés de envelhecer com o passar do tempo, Button rejuvenesce. Quando ainda criança ele conhece Daisy, da mesma idade que ele, por quem se apaixona. É preciso esperar que Daisy cresça, tornando-se uma mulher, e que Benjamin rejuvenesça para que, quando tiverem idades parecidas, possam enfim se envolver.

Sobre o aspecto do envelhecimento, o que observar?

A própria narrativa do filme e a inversão da perspectiva de envelhecimento do corpo.

Romances:

1. O retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde

Análise (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Retrato_de_Dorian_Gray):

O romance, de forte cariz estético, conta a história fictícia de um homem jovem chamado Dorian Gray na Inglaterra aristocrática e hedonista do século XIX, que torna-se modelo para uma pintura do artista Basil Hallward. Dorian tornou-se não apenas

modelo de Basil pela sua beleza física (um “Adônis que se diria feito de marfim e pétalas de rosa”), mas também tornou-se uma fonte de inspiração para outras obras e, implicitamente no texto, uma paixão platônica por parte do pintor. Mas o seu retrato, que Basil não quer expôr por ter colocado “muito de mim mesmo”, foi sua grande obra-prima.

Lord Henry Wotton, um aristocrata cínico e hedonista típico da época e grande amigo de Basil, conhece Dorian e o seduz para sua visão de mundo, onde o único propósito que vale a pena ser perseguido é o da beleza e do prazer: “sou de parecer que se o homem vivesse plena e totalmente a sua vida, desse forma a todo sentimento, expressão a toda idéia, realidade a todo devaneio... creio que o mundo receberia um novo impulso eufórico, um impulso de alegria que nos faria esquecer todos os males do medievalismo e voltar aos ideais helênicos...”

No entanto, segundo Henry, a beleza é efêmera. Até mesmo a inteligência lhe é prejudicial: “a beleza, a verdadeira beleza, acaba onde principia a expressão inteligente”, enquanto que “a beleza é uma forma de gênio... mais elevada que o gênio, pois dispensa explicação”. Dorian foi seduzido pelas palavras de Henry e pela tristeza de seu destino: “o senhor dispõe só de alguns anos para viver deveras, perfeitamente, plenamente. Quando a mocidade passar, a sua beleza ir-se-á com ela; então o senhor descobrirá que já não o aguardam triunfos, ou que só lhe restam as vitórias medíocres que a recordação do passado tornará mais amargas que destroçadas.”

Ao ver-se em seu retrato finalmente pronto, exaspera-se:

“Eu irei ficando velho, feio, horrível. Mas este retrato se conservará eternamente jovem. Nele, nunca serei mais idoso do que neste dia de junho... Se fosse o contrário! Se eu pudesse ser sempre moço, se o quadro envelhecesse!... Por isso, por esse milagre eu daria tudo! Sim, não há no mundo o que eu não estivesse pronto a dar em troca. Daria até a alma!”

2. Memorial de Aires, de Machado de Assis

Análise (cf. <http://fredb.sites.uol.com.br/memorial.html>)

A temática da velhice é apresentada, ainda na cena do cemitério, não apenas de maneira literal, mas também metafórica, através das reflexões de Aires sobre o túmulo familiar: “Não é feio o nosso jazigo; podia ser um pouco mais simples, — a inscrição e uma cruz, — mas o que está é bem feito. Achei-o novo demais, isso sim. Rita fá-lo lavar todos os meses, e isto impede que envelheça. Ora, eu creio que um velho túmulo dá melhor impressão do ofício, se tem as negruras do tempo, que tudo consome. O contrário parece sempre da véspera.”

Se o conselheiro, no trecho acima, aponta para a necessidade de se assumir a velhice, não o faz, no transcórre do romance, sem uma certa dose de melancolia. “se os mortos vão depressa, os velhos ainda vão mais depressa que os mortos... Viva a mocidade!” diz ao amigo desembargador. E o parágrafo final do romance é um dos mais pungentes lamentos já escritos sobre a mocidade perdida:

“Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dois velhos sentados, olhando um para o outro. (...) Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos.”

Atividades

Com base no texto, nos filmes sugeridos, romances e outros apresente uma proposta de trabalho pedagógica para estimular o interesse na temática “envelhecimento” e geracionalidade para seus alunos.

Instrumento para resolução das atividades

Propõe-se a elaboração e realização de uma oficina, de um fórum de discussão virtual, que permita a troca de informações, de poemas, poesias, textos, vídeos, ou outros, que contemplem a temática.

Tema geradores:

1. Como percebe a velhice entre os seus familiares?
2. Como pretende envelhecer?
3. Já se percebeu como uma pessoa velha?
4. Que aspectos do texto (e dos filmes, caso assista) reporta mais importantes? Por quê?
5. Como você percebe as relações intergeracionais na escola?

- _____. O Negro e a Violência do Branco: O Negro em Sergipe. Rio de Janeiro: Ed. José Álvaro, 1977.
- BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n.02, 2002, pp.247-273.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos da educação*. Petrópolis RJ : Editora Vozes, 1998.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília, 1999. <www.mec.gov.br/cne> acessado em 2-2-2010.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004a. <www.mec.gov.br/cne>. acessado em 2-2-2010
- _____. Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004b. acessado em 2-2-2010 <www.mec.gov.br/cne>.
- _____. IPEA (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicadas). Políticas sociais – acompanhamento e análise Nº 13 Brasília – 2006. acessado em 2-2-2010.
- BRITO, Benilda R. B. Negro x biologia. (In) LIMA, Ivan C. e ROMÃO, Jeruse, e SILVEIRA, Sônia M. (Orgs). Os negros os conteúdos escolares e a diversidade cultural, Florianópolis. Nº3, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1998.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, II, p. 11
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade. Projeto A cor da Cultura, 2006.
- CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo : Brasiliense, 2006.
- CUNHA J., Henrique. Identidades negras e educação. In: 300 anos de Zumbi dos Palmares. Número Especial. Revista do CCHLA –UFP, nº 3. João Pessoa: 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça. In: *Cultura e trabalho: Histórias do negro no Brasil*. 2ed. Porto Alegre: 2001.
- GONÇALVES, Luiz A. Oliveira. Tempo/espço dos sujeitos socioculturais na educação física/ciências do esporte: uma perspectiva sociológica. *Rev. Bras. de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v.21,n.1, set/1999.

- GRUPIONI, Luís D. Benzi. Um Território ainda a conquistar. 2001.
- KENSKI, Rafael. Vencendo na Raça. In: Revista Superinteressante, edição 187, p. 42-50. São Paulo: Abril, 2003;
- LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LEITE, Carlinda. (2002): Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIÉGEOIS, Jean Paul. (2001): «Minoria e escolarização: o rumo cigano. Coleção Interface, Centre de recherches tsiganes.» Lisboa: Secretariado Entreculturas: Ministério da Educação.
- MARCON, Frank. A Questão Social e Étnico-racial na Escolarização em Sergipe: O Acesso ao Ensino público Superior. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - Sergipe, 2009.
- MOONEN, Frans. As minorias Ciganas: Direitos e Reivindicações. www.dhnet.org/sos/ciganos/, acessado em 20/02/20
- NELLY SANTOS, MARIA. A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”-Francisco José Alves: Uma História de Vida e outras Histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997.
- NUNES, Maria Thetis. História da Educação em Sergipe. Aracaju: UFS, 1991.
- OLIVEIRA, Philadelpho de. História de Laranjeiras. Aracaju - SE: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe. 2a. edição, 1981.
- SANTANA SANTOS, Lourival. “Quilombos e Quilombolas em Terras de Sergipe no Século XIX”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Nº 31, 1992
- SOUZA, Josefa Eliana. “Educação em Sergipe”. Revista EDUCAR-SE. SEED. Aracaju, SE, UFS. 1997.
- PATTO, M.H.S. Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.
- RIBEIRO, Neli Góes e CARDOSO Paulino de Jesus F. Racismo, multiculturalismo e currículo escolar. (In) LIMA, Ivan C. e ROMÃO, Jeruse, (Orgs). Negros e currículo, Florianópolis. Nº2, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997. (Série Pensamento Negro em Educação)
- SANTOS, Boaventura de Souza 1997 “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, In Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado (S. Paulo: USP).
- SCHAUB, Diana. Can liberal education survive liberal democracy? The Public Interest, Washington, n. 147, p. 45-60, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In. Anuário Antropológico. nº 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático – Salvador, BA, EDUFBA, 2005.
- SILVA BENTO, Maria Aparecida & BEGHIN, Nathalie. Juventude Negra e exclusão radical políticas sociais - acompanhamento e análise, Nº 11 ago. 2005.

SILVA, Petronilha B. G. e. Diversidade étnico-racial e currículos escolares – dilemas e possibilidades. Cadernos CEDES, Campinas, n. 32, p. 25-34, 1993.

Documentos Oficiais:

Plano Nacional de Educação: Lei 10172/2001 Cap. 9, Educação Indígena

- Lei de Diretrizes e Bases – 9434, 30/12/1996

- Resolução CEB N. 3, de 10 de novembro de 1999 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências (Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação)

- Diretrizes Curriculares Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica.

- Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, Brasília, MEC, junho de 2002 (Versão anterior: Referenciais para implantação de programas de formação de professores indígenas nos sistemas estaduais de ensino – versão preliminar de nov 2000, versão dez 2001, MEC SEF CGAEI)

- O governo brasileiro e a educação escolar indígena 1995-2002. Brasília, MEC/EF, 2002. Edição bilíngüe português/francês

Atividades

Para tratamento do tema exposto sugere-se a realização de algumas atividades:

1) Exibição e discussão de filmes com enfoque na discriminação étnico-racial. Durante apresentação realizar paradas estratégicas para comentários, inferências e compreensão. (os professores devem assistir antes e definir os questionamentos com antecedência). Prever um tempo para comentários sobre filmes assistidos em casa ou no cinema.

Sugestão de Filmes:

- Vista a minha pele
- Línguas
- A cor púrpura
- O xadrez das cores
- “Quando o Crioulo Dança”
- “Você Faz a Diferença”
- Atlântico Negro na rota dos Orixás
- A Missão
- Brincando nos Campos do Senhor
- Quarup
- Tarabatara

- 2) Oficina com Músicas dos diversos grupos etno-raciais, realizar a leitura coletiva da música, em seguida estimular a discussão sobre a letra, cantar coletivamente e questionar sobre outras músicas que conhecem acerca do tema.
- 3) Trabalho de campo, com visitas a comunidades quilombolas, indígenas e ciganas utilizando-se de um roteiro de entrevistas em os alunos possam identificar o modo de vida dessa população, evidenciando inclusive a forma como esses preconceitos são evidenciados no cotidiano.
- 4) Promoção de encontros com grupos sociais minoritários para discussão sobre suas relações com a escola
- 5) Realização de eventos para divulgação das diversas culturas
- 6) Realização de pesquisa sobre a atuação do Movimentos Sociais que trabalhem a questão etno-racial no Estado
- 7) Desenvolver ações que tenham os grupos etno-raciais como protagonistas;
- 8) Estimular a produção de materiais audiovisuais e impressos pelos próprios alunos sobre o tema.